



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. I (2000)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Estrangeiros na Índia no tempo de Afonso de Albuquerque: Os anónimos

Ana Maria Pereira Ferreira

Como Citar | How to Cite

Ferreira, Ana Maria Pereira. 2000. «Estrangeiros na Índia no tempo de Afonso de Albuquerque: Os anónimos». *Anais de História de Além-Mar* I: 53-58. <https://doi.org/10.57759/aham2000.46974>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2000. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2000. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

ESTRANGEIROS NA ÍNDIA NO TEMPO DE AFONSO DE ALBUQUERQUE: OS ANÓNIMOS

por

ANA MARIA PEREIRA FERREIRA *

A Índia chamou muitos. Aí se construíram fortunas, aí se douraram brasões, aí se intrigou, aí casaram outros, aí, ainda, se perdeu a vida.

Terra cósmica, inclusive no sentido em que existia uma esperança maior, foi nos primeiros anos da descoberta do caminho marítimo, o alimento concreto e ilusório: dos poderosos, que já se inscreveram nos índices da história e da gente de «pequena sorte», os que ficam, na melhor das hipóteses, em rodapé.

Aqueles que o cronista recolhe como conchas. Nada ou quase nada os distingue, nada lhes dá forma, senão o nome, uma nacionalidade aqui e ali, peças de um jogo em que foram peões, xadrez complexo de xeques-mate variados.

É, exactamente, esse traço de anonimato que os une. Nos antípodas dos grandes interesses comerciais, desconhecendo, porventura, os Strozzi ou os Welser que, desde o início, também ferraram o dente no seu quinhão ¹, são várias dezenas de bombardeiros e de homens de armas que serviram a empresa de D. Manuel, empresa multinacional nos capitais. Gente que só tinha a perder a vida o que, na época, era bem pouco, porque no Mundo Ocidental Cristão a descrença e a dúvida só serão servidas aristocraticamente quase dois séculos depois.

Para conhecer estes anónimos que fizeram o caminho desde os quatro cantos da Europa, utilizámos as cartas de Afonso de Albuquerque ².

* Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Veja-se, a título de exemplo, Manuel Nunes DIAS, «Dinâmica dos metais alemães na Rota do Cabo», in *Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. III, Economia e Comércio Marítimo, Porto, 1989, pp. 564-584.

² *Cartas de Afonso de Albuquerque*, dir. de Raymundo António de Bulhão PATO, vols. I a VII, Lisboa, 1884-1915.

De 1509 a 1514, o Leão dos Mares da Ásia, como lhe chamou Geneviève Bouchon³, assinou ordens de pagamento e, também, palavras de louvor.

Se bem contados, o rol inclui cento e quarenta e dois nomes. A haver erro será por defeito e não por excesso, já que as personagens se repetem em vários cenários de guerra e que, por vezes, o mesmo escrivão ou escrivães diferentes utilizam grafias ao sabor do momento⁴. O cruzamento de dados permite, quase sempre, não inflacionar os resultados. As percentagens dizem-se em poucas palavras. Os anónimos são modestos. Cerca de 57%, sendo obviamente estrangeiros, não indicam a origem. Porém, nomes como Anis de Lipre⁵, Anes Triquer⁶, Henrique de Bramar⁷, entre tantos outros, sugerem que o grosso desta coluna procedia da chamada Europa do Norte.

Daí vieram muitos a que se juntou a nacionalidade. Nove holandeses e doze flamengos – 14,8%, quinze alemães 10,6%, de localidades diversas, de Bruges⁸, de Antuérpia⁹, de Bremen¹⁰, quando para as distinguir não bastava dizer Gilis flamengo¹¹ ou Clemente alemão¹². Mas também de Espanha: – 8,4% – provenientes de zonas raianas ou próximas, como a Corunha, Salamanca, Galiza, embora ainda Navarra e Castela estejam representadas¹³. Relevantes os franceses com nove presenças – 6,3% – menos os italianos, corsos e saboianos que, no conjunto, somam cinco indivíduos¹⁴.

Qual o peso destes homens de guerra no cômputo total? Confessamos ter procedido, apenas, a sondagens. Os números parecem, contudo, reveladores. Em Goa, em finais de Dezembro de 1509, para vinte e quatro

³ *Albuquerque le Lion des Mers d'Asie*, Paris, 1992.

⁴ São muitos os exemplos. Veja-se o caso de Cornelles de Tollo, bombardeiro em Goa em 6 de Dezembro de 1511 (C.A.A., T. V, Lisboa, 1915, pp. 170-171), referenciado como Corniles de Tollo, em Banastri, em 27 de Novembro de 1512 (*Idem*, T. II, Lisboa, 1898, p. 101). Também, Hermão de Lamden (*Idem*, T. V, pp. 170-171), dito em outro documento, Herman de Lemdem (*Idem*, T. II, p. 101).

⁵ C.A.A., T. II, p. 102.

⁶ *Idem*, T. V, pp. 170-171.

⁷ *Idem*, T. II, p. 101.

⁸ Nicolau de Bruges, bombardeiro em Goa (C.A.A., T. V, pp. 408-410).

⁹ Miguel Danvers, bombardeiro em Cochim (*Idem*, T. IV, pp. 229-230).

¹⁰ Henrique de Breman, bombardeiro em Banastri (*Idem*, T. II, pp. 102-103).

¹¹ Gilis Flamengo, bombardeiro em Banastri (*Ibidem*, p. 104).

¹² Clemente Alemão, bombardeiro em Goa (*Idem*, T. V, pp. 408-410).

¹³ A título de exemplo, Garcia Fernandes Castelhana, homem de armas em Calecut (*Idem*, T. VI, pp. 119-121); Luis Ortiz de Salamanca, homem de ordenança em Goa (*Ibidem*, pp. 107-115); João de Corunha, bombardeiro em Cochim (*Ibidem*, p. 102); António Navarro, bombardeiro em Goa (*Idem*, T. V, pp. 170-171).

¹⁴ Silvestre Corço era capitão de uma galé grande e servira o rei de França (*Ibidem*, pp. 302-303). João Baptista Corso era grumete da nau «Nazaré» e encontrava-se em Calecut no mês de Agosto de 1514 (*Idem*, T. VI, pp. 119-121).

bombardeiros estrangeiros aparece igual número de portugueses¹⁵. Nos que foram a Banastri e são pagos em Novembro de 1512, a percentagem é maior: aos vinte e três nacionais, juntaram-se quarenta e dois forasteiros¹⁶.

Enfim, só em Cochim, em 1514, os portugueses estão em maioria¹⁷. Dados os números, importa tentar alguma aproximação ao homem.

Traindo, de certa forma, o título da comunicação, começamos por alguns que ultrapassaram a fasquia do desconhecimento. É o caso de Corbinelli, o Francisco Corvinel das cartas, italiano e comerciante, que começou por capitanear a nau «Santo Agostinho» em 1510, e em Novembro do mesmo ano é nomeado feitor de Goa onde fica até 1515, voltando depois¹⁸. Corbinelli não pertence, propriamente, ao grupo e no entanto faz de fronteira entre os que vão pelo pagamento e os que vão pelo serviço ou pelo gosto de aventura. Antes dele, os exemplos são múltiplos, como o caso do barão de Longuy, servindo em África e que D. João II fará conde de Gaza¹⁹.

Mas, ao tempo de Corbinelli, dois outros nomes se destacam: os dos frades alemães, Henrique e João, que, por razões óbvias, não contabilizámos nos números apresentados. Se, em relação ao primeiro, apenas sabemos que deveria receber um cruzado por mês²⁰, a história de Frei João ficou melhor contada. Em Janeiro de 1511 está em Goa servindo no hospital²¹. A 25 de Outubro do ano seguinte preparava-se para partir e Afonso de Albuquerque escreve ao rei uma carta de recomendação, onde relata parte do seu percurso. Na prosa do governador surge o religioso dividido entre o espiritual e o temporal. Talvez mais servindo o temporal, tendo tomado parte na tomada de Goa e de Malaca e em «todollos feitos depois de sua chegada (...)», de tal modo que lhe rogou que ficasse com ele. Acaba por se tornar seu confessor: «lhe dey sempre comta de meus malles e pecados, e lhe tenho algum amor e afeição». É, pois, com pena que o vê partir e espera que volte²².

Mais difíceis de apreender, são os outros. A documentação, na sua segura, não ajuda. Com efeito, é plausível que muitos dos bombardeiros e

¹⁵ 28 de Dezembro de 1509 (*Idem*, T. IV, pp. 229-230).

¹⁶ *Idem*, T. II, pp. 101-102.

¹⁷ Nas naus temos oito bombardeiros estrangeiros em vinte e cinco e, no Castelo, estavam oito bombardeiros sendo três estrangeiros (*Idem*, T. VI, p. 98).

¹⁸ Cf. Maria Emília Madeira SANTOS, «O Feitor e a sua Carreira. Alguns casos no Estado Português da Índia», in *Estudos Orientais*, III, *O Ocidente no Oriente através dos Descobrimentos Portugueses*, ed. Instituto Oriental, U.N.L., Lisboa, 1992, pp. 15-22.

¹⁹ Cf. Ana Maria Pereira FERREIRA, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na Primeira Metade do Século XVI*, Redondo, 1995, p. 121.

²⁰ Carta de 1 de Janeiro de 1513 (C.A.A., T. V, p. 248).

²¹ Carta de 26 de Janeiro de 1511 para que Francisco Corbinelli lhe dê um fardo de açúcar, dos pequenos, para os doentes do hospital (*Ibidem*, p. 34).

²² *Idem*, T. I, p. 93.

alguns condestáveis que estavam em Goa tomassem parte na campanha de Banastri. Certos serão louvados, caso de Gilis flamengo, bombardeiro e condestável da «Frol de la Mar», agraciado com trinta cruzados, em nome de sua alteza, «por o servir muito bem de seu officio nestas partes e matar muitos mouros e derrubar o muro de benestarym»²³. Este Gills já estava, contudo, em 1510 em Cochim²⁴. Há na verdade vários casos de longevidade e de mobilidade nestas paragens. O Clemente alemão²⁵, o Cristóvão alemão²⁶, ou o João de Sabóia que, servindo em Cochim em 1509, ainda em finais de 1512 está em Goa²⁷. Apenas exemplos, aos que acrescentaremos um caso insólito, o de João de França, bombardeiro de mérito e por isso é recompensado²⁸, que aparece em Abril de 1514 como cozinheiro de Afonso de Albuquerque. Não, não é sobreposição de nomes. Especificamente o Senhor da Guerra indica «bombardeiro, meu cozinheiro»²⁹. Talvez já nessa altura algum requinte da cozinha francesa lhe tivesse tocado o paladar.

O que faria esta «Legião Estrangeira» arriscar uma ida tão longa para mergulhar no desconhecido? Em Quinhentos, Georges Buchanan, professor no Colégio das Artes em Coimbra, salientava que fora preciso muito tempo para que a «insaciável sede de ouro» se sobrepusesse ao medo do frio, do calor, dos animais ferozes e dos povos selvagens»³⁰. Buchanan era um humanista, um homem das letras. A sua lógica erudita não captou várias outras gradações que fazem parte de uma mentalidade menos formal. Em primeiro lugar, a Índia era um espaço conhecido. As memórias antigas de suas riquezas tornaram-se palpáveis para o homem comum logo após as primeiras viagens. Atenda-se no exemplo de Gonneville³¹. Não é, pois, de estranhar que já na armada de Lopo Soares, entre 1504-1505, este tenha conseguido levar cerca de cinquenta e um estrangeiros³². Na verdade, é provável que alguns ou todos se tenham arrependido durante e após os seis meses de mar onde, nas palavras de Pero Fernandes Tinoco, se passavam «dous invernos e dois verões»³³. Porém, à partida, era, acreditamos, o

²³ *Idem*, T. II, p. 104.

²⁴ *Idem*, T. IV, p. 204.

²⁵ Cf. *Idem*, T. V, pp. 170-171; T. II, p. 101; T. V, pp. 408-410.

²⁶ *Ibidem*, pp. 170-171; pp. 408-410; *Idem*, T. II, p. 101.

²⁷ *Idem*, T. IV, pp. 129-130; *Idem*, T. V, pp. 110-111; *Idem*, T. II, p. 102.

²⁸ 3 de Dezembro de 1502 (*Idem*, T. V, pp. 272-273).

²⁹ 8 de Abril de 1514 (*Idem*, T. VI, p. 57).

³⁰ Citado por R. HOYKAAS, *Os Descobrimentos e o Humanismo*, Lisboa, p. 45.

³¹ Cf. Ana Maria Pereira FERREIRA, *ob. cit.*

³² Cf. Maria do Rosário S. Themudo BARATA, «A 1.ª Viagem de Lopo Soares à Índia (1504-1505). Um termo e um começo», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e sua Época. Actas*, vol. III, Porto, 1989, pp. 253-273.

³³ C.A.A., T. II, pp. 335-337. Carta para o Rei. A personagem acompanhou, em 1505, o Vice-Rei D. Francisco de Almeida. A respeito das viagens e seus problemas, para além dos valiosos trabalhos de Artur Teodoro de Matos, veja-se o desprezioso artigo de Elaine

salário que variava entre os quarenta e os vinte reais por dia ³⁴ e, também, essa outra benesse chamada «quintalada» ³⁵. Acrescente-se a mobilidade comum ao homem desta época, bem espelhada na variada proveniência dos próprios portugueses e o espanto terá de ser mitigado.

Se os motivos do apelo indiano foram múltiplos, incluindo, talvez, excesso de oferta ³⁶, as razões por que a Coroa recorreu a tanta gente de toda a Europa, também merecem algumas linhas.

Poucas, porque vários autores, nomeadamente Luis Filipe Reis Thomaz, demonstraram as especificidades do projecto manuelino ³⁷. Ora, Afonso de Albuquerque fora «mandado para o Oriente quando o soberano e seus conselheiros pensaram ser a altura oportuna para desencadear o assalto ao bloco islâmico» ³⁸. Era preciso gente. Repetidamente, aquele o diz lamentando-se. Algumas das suas cartas mostram o desespero de quem precisa de mais e mais braços: «se me vosa alteza mandase os aparelhos, jemte e armas, que cumpre pera ho que mandares fazer, nam metera eu a jemte duas vezes no faguo em malaca, nem em gooa duas vezes, nem os mouros de urmuz nam tiveram a vossa fortaleza, que eu comecey, em seu poder» ³⁹. Contas feitas, pedia três mil homens e só tinha mil e quinhentos, metade deles «sem proveito» ⁴⁰.

Neste contexto, as especialistas – fosse qual fosse a origem – seriam sempre bem vindos, atendendo a que quando pela segunda vez chegou à Índia, em 1506, depressa Albuquerque compreendeu a fragilidade de uma estratégia baseada apenas no poder naval e em alianças precárias com os poderes locais ⁴¹.

SANCEAU, «Tribulações do viajante nas naus de quinhentos», in *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*, n.º 22, Matosinhos, 1978, pp. 17-25.

³⁴ Há, com efeito, discrepâncias. Tome-se, contudo, um documento de 17 de Julho de 1514, referente a Cochim: João da Câmara, que é condestável, 30 reais por dia; Fernão de Álvares, condestável do Castelo, 40 reais; os bombardeiros da fortaleza, 20 reais e, os das naus, 14 (C.A.A., T. VI, p. 102). No entanto, parece ser usual os bombardeiros receberem 20 reais por dia (*Idem*, T. V, pp. 408-410).

³⁵ Quintalada, isto é, o transporte gratuito de determinada quantidade de mercadorias nas naus do Rei.

³⁶ O apelo parece ser menor aquando das guerras entre a França e o Império, como sugere a documentação publicada por António Dias FARINHA, *Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição Documental e Crítica para a sua história*, Lisboa, 1991. No entanto, trata-se de uma mera hipótese a necessitar de verificação.

³⁷ Veja-se, nomeadamente, «A Política Oriental de D. Manuel I e suas contra-correntes», in *De Ceuta a Timor*, ed. Difel, Lisboa, 1994, pp. 189-206.

³⁸ *Ibidem*, p. 197.

³⁹ C.A.A., T. I, p. 37 (carta IX).

⁴⁰ *Ibidem*, p. 40.

⁴¹ Tem interesse sobre estes aspectos o livro de Fernando Gomes PEDROSA, *Afonso de Albuquerque e a Arte da Guerra*, Prémio do Mar 1995, Cascais, 1998.

Concluindo o que é apenas um esboço necessário, «não podemos esquecer o papel das personagens individuais, nem o das circunstâncias específicas, nem negligenciar factores subconscientes ou irracionais tantas vezes relevantes. Afinal, em derradeira análise, a história é feita por homens»⁴².

Outras circunstâncias, que antecedem e ultrapassam o curto período cronológico tratado, deram azo a doutrinas e políticas de exclusão. Referimo-nos, obviamente, ao «Mare Clausum» coadjuvado pelo sigilo, fonte de acesas polémicas. A pergunta que fazemos é simples: perante a amostragem, complementada por tantas outras fontes que provam a peneira que foi o Índico e a Índia nesta etapa decisiva, como situar os esquemas teórico-práticos do Estado português?⁴³ A resposta é, também ela, simples.

O «Mare Clausum» nunca foi proibitivo em termos absolutos. Apenas expressava, quer a estrangeiros quer a nacionais, que só o soberano podia permitir o percurso. Quanto ao sigilo, com tudo o que ele tem de ambíguo, não foi pensado, assim o cremos, para os profissionais da guerra. O perigo de se perder a vantagem da invenção era pensado pela Coroa como um problema de dentro para fora, limitada às coisas do mar. Porém, enquanto mapas e pilotos, mau-grado a repressão e as forças, se volatilizavam pelos principais centros marítimos, outro caudal de conhecimentos se ia arquitectando, fruto da experiência *in loco*, saber tão imprescindível como o desenho da rota.

Dez anos depois qual terá sido a importância deste fundo de experiências anónimas para as viagens programadas pelos financeiros de Além-Pirenéus?

⁴² Cf. nota 37, p. 206.

⁴³ Relembro, apenas, o capítulo 1 sobre o comércio português no Malabar entre 1506-1508, do livro de António Teodoro de MATOS, *Na Rota da Índia*, in *Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 15-58. Vários estrangeiros aí aparecem, incluindo um veneziano que comprou quantidades apreciáveis de pedras preciosas.